



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Terça-feira
(10/07)

Manchetes

R7: Rio de Janeiro: MP reabre investigações sobre chacinas ocorridas no Estado, após condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

G1: Pernambuco: Organização Mundial de Prevenção e Combate à Tortura visita unidades de internação de adolescentes e aponta superlotação

Sul 21: Rio Grande do Sul: violência policial é tema de relatório sobre violações de direitos humanos no Estado

Pastoral Carcerária: Entidade repudia restrições ao atendimento religioso nos presídios de São Paulo

Câmara dos Deputados: Comissão aprova inclusão de guardas municipais na Força Nacional de Segurança Pública

Síntese das principais notícias

Guardas municipais: A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei de autoria do deputado Laudiovio Carvalho (Pode-MG) que inclui as guardas municipais entre as instituições que podem compor a Força Nacional de Segurança Pública. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso aprovada, permitirá à União firmar convênio com os municípios para que as guardas municipais componham a Força Nacional. Fonte: **Câmara dos Deputados**.

Violência policial: Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Relatório Azul), lançado na segunda-feira (9), destaca casos de violência policial dentre as graves violações de direitos humanos ocorridas em 2017 no Estado. Além da violência causada pela polícia militar (Brigada Militar), o documento traz dados sobre o sistema prisional no RS que abriga cerca de 40 mil presos, dos quais 50% são provisórios. Informação do **Sul 21**.



Caso Nova Brasília: O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) reabriu as investigações relativas ao Caso Nova Brasília, como ficaram conhecidas as chacinas ocorridas em 1994 e 1995 que mataram 26 jovens no Rio de Janeiro. A determinação cumpre a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), que condenou o Brasil pelos casos de falta de investigação e impunidade. O Procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem, formou uma comissão e designou o Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP/MPRJ) para conduzir as investigações. Notícia do **R7**.

Combate à tortura no sistema socioeducativo: **G1** informa que duas unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) foram inspecionadas, na última segunda-feira (9), por um representante da Organização Mundial de Prevenção e Combate à Tortura (OMCT), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o uruguaio Luis Pedernera Reyna, integrante do Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança e do Conselho Nacional Honorário e Consultivo da Infância e da Adolescência do Uruguai, o tamanho dos alojamentos e a quantidade de jovens internos que os ocupam são alguns dos principais problemas encontrados.

Assistência religiosa em presídios: A **Pastoral Carcerária Nacional** (PCr) emitiu uma nota de repúdio sobre as restrições ao atendimento religioso em São Paulo. Após rebelião na Penitenciária de Lucélia, em 26 de abril, o secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes, proibiu as visitas de religiosos em todas as unidades prisionais do Estado. A medida, adotada no final de semana seguinte ao dia da rebelião, permanece vigente por mais de dois meses. Para a Entidade, o Governo promove punição aos presos pela rebelião e descumpre garantia estabelecida pela Lei de Execução Penal e Resolução 8/2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.